

BOLETIM SNVS

SETEMBRO 2026

## 3º EXERCÍCIO SIMULADO DE EMERGÊNCIA EM SAÚDE PÚBLICA



Confira as principais ações de vigilância sanitária realizadas em outubro de 2026.

## **Expediente**

**Elaboração, distribuição e informação**

**AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA**

**Diretor-Presidente**

**Leandro Pinheiro Safatle**

**Diretores**

**Daniela Marreco Cerqueira**

**Marcelo Mario Matos Moreira**

**Daniel Meirelles Fernandes Pereira**

**Thiago Lopes Cardoso Campos**

**Chefe de Gabinete**

**Karina Pires Nogueira**

**Assessoria do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária**

**Raoni Andrade Rodrigues**

**Coordenação**

**Alex Sander Duarte da Matta**

**Marco Aurélio Pereira**

**Elaboração de conteúdo**

**Alex Sander Duarte da Matta**

**Carla Cristina Ferreira Pinto**

**Cecília Antonia Barbosa**

**Claudio Nishizawa**

**Ricardo Eccard da Silva**

**Rosane Maria Franklin Pinto**

**Diagramação, formatação e edição**

**Giovanna de Lima Pupo**

## Editorial – Exercícios simulados de Emergências em Saúde Pública

Em 30 de setembro de 2026, a Coordenação Estratégica de Ações em Vigilância Sanitária (CEAVS/ASNVS/GADIP/ANVISA) conduziu, em formato presencial, o 3º Exercício Simulado de Emergência em Saúde Pública, tendo como tema central a circulação irregular de medicamentos agonistas do receptor GLP-1.

O objetivo geral foi avaliar a capacidade de resposta operacional dos órgãos de Vigilância Sanitária (visas) estaduais, diante de um evento de saúde pública, envolvendo a circulação irregular de medicamentos agonistas do receptor GLP-1. O exercício contribui para consolidação de uma cultura institucional que compreende a simulação como instrumento indispensável de preparação e resposta a emergências em saúde pública.

Exercícios simulados de emergência em saúde pública são ferramentas estratégicas cruciais para salvar vidas, mitigar crises e testar a capacidade de resposta dos sistemas de saúde diante de eventos de saúde pública. Em cenários de alta complexidade — surtos epidêmicos, desastres naturais, acidentes com múltiplas vítimas ou ameaças biológicas —, a simulação é capaz de revelar falhas antes que elas se manifestem em cenários reais.

Os resultados ajudam a reconhecer capacidades existentes, lacunas, necessidades de aperfeiçoamento e boas práticas, subsidiando a revisão de fluxos, procedimentos, planos de contingência e mecanismos de articulação. Dessa forma, as lições aprendidas podem ser convertidas em melhorias concretas, fortalecendo a preparação e a resposta das instituições diante de emergências.

O tema do 3º Exercício foi escolhido por meio de consulta às vigilâncias sanitárias municipais, estaduais e do Distrito Federal, demonstrando maturidade técnica e sensibilidade às dinâmicas contemporâneas de consumo e prescrição. O uso crescente dessas substâncias, sua ampla circulação em canais formais e informais, a pressão sobre a cadeia de suprimentos e os riscos de uso irregular ou falsificado configuram um cenário real de emergência sanitária que exige respostas rápidas, coordenadas e tecnicamente fundamentadas. Simular essa crise é antecipar-se a ela.

O 3º Exercício Simulado de Emergência em Saúde Pública, conduzido brilhantemente pela CEAVS, reafirma o compromisso da Anvisa, enquanto coordenadora do SNVS, com a preparação permanente. Não se trata apenas de cumprir uma agenda de treinamento, mas de sustentar uma postura institucional: a de que crises não se improvisam, se antecipam, uma vez que simulados são testes que ajudam na preparação e fortalecimento das capacidades de enfrentamento de emergências.

## Anvisa abre consultas públicas sobre boas práticas de processamento de dispositivos médicos

A Anvisa está recebendo contribuições para quatro consultas públicas que propõem novas regras e diretrizes para o processamento de dispositivos médicos na assistência à saúde.

As Consultas Públicas nº 1.420, 1.421, 1.422 e 1.423, todas de 23 de setembro de 2026, abordam os seguintes temas:

- **CP nº 1.420:** requisitos de boas práticas para o processamento de dispositivos médicos nos serviços de saúde.
- **CP nº 1.421:** boas práticas para empresas processadoras terceirizadas que atendem a serviços de saúde.
- **CP nº 1.422:** diretrizes para garantia da qualidade na elaboração, validação e monitoramento de protocolos de processamento.
- **CP nº 1.423:** enquadramento, regularização e reprocessamento de dispositivos médicos de uso único ou reutilizáveis.

As propostas buscam reduzir divergências nos procedimentos de enquadramento e processamento, fortalecer a segurança do paciente e ampliar a rastreabilidade. Entre os pontos abordados estão a classificação dos Centros de Material e Esterilização (CME), a atuação do responsável técnico, a validação de protocolos e a responsabilidade institucional integrada.

As contribuições podem ser enviadas de **1º de outubro de 2026 a 28 de janeiro de 2027**, por meio dos links correspondentes:

- [Consulta Pública nº 1.420/2026](#)
- [Consulta Pública nº 1.421/2026](#)
- [Consulta Pública nº 1.422/2026](#)
- [Consulta Pública nº 1.423/2026](#)



A participação dos interessados contribui para o aprimoramento das propostas regulatórias e para o fortalecimento das práticas de processamento de dispositivos médicos no país.

## Anvisa abre consultas públicas para revisar advertências sanitárias em produtos fumígenos

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) lançou, nesta sexta-feira (9/10), duas consultas públicas com o objetivo de estabelecer novas advertências sanitárias e mensagens para produtos fumígenos derivados do tabaco. As propostas visam revisar as Instruções Normativas (IN) 332/2024 e 331/2024, que definem, respectivamente, as advertências utilizadas nas embalagens desses produtos e nos expositores e mostruários dos locais de venda.

A íntegra das propostas, com os anexos que trazem as novas mensagens e imagens de advertência, está disponível para consulta, e as sugestões podem ser enviadas até o dia 23 de novembro. As propostas foram elaboradas pela Gerência-Geral de Registro e Fiscalização de Produtos Fumígenos Derivados ou não do Tabaco (GGTAB) e aprovadas na 17ª Sessão Ordinária Pública da Diretoria Colegiada de 2026.

A iniciativa se apoia em um arcabouço regulatório consolidado: desde a Lei 9.294/1996, a propaganda comercial de cigarros, cigarrilhas, charutos, cachimbos e outros produtos fumígenos é proibida no Brasil, sendo permitida apenas a exposição nos locais de venda, desde que acompanhada das cláusulas de advertência. Já a Lei 9.782/1999 conferiu à Anvisa a competência para regulamentar, controlar e fiscalizar esses produtos, o que levou a Agência a publicar, desde 2001, normas que definem as advertências sanitárias obrigatórias.

O tema também é objeto da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQTC), da Organização Mundial da Saúde (OMS), tratado assinado pelo Brasil em 2003 e internalizado pelo Decreto 5.658/2006, que reconhece o tabagismo como problema global de graves consequências à saúde pública e estabelece obrigações relativas à publicidade, promoção e patrocínio do tabaco.

[Clique aqui para participar da Consulta Pública nº 1.424, de 30/09/2026.](#)

[Clique aqui para participar da Consulta Pública nº 1.425, de 30/09/2026.](#)



## Anvisa lança orientações para facilitar acesso de colaboradores ao SNCR e ao NSP

A Anvisa disponibilizou um novo material de apoio voltado para a gestão de acessos aos seus sistemas corporativos. Trata-se do Quadro Cadastro Anvisa — Orientações de acesso e atribuição de perfis para o Sistema Nacional de Controle de Receituários (SNCR) e o Sistema de Avaliação das Práticas de Segurança do Paciente (NSP), desenvolvido para orientar instituições e colaboradores sobre o processo de vinculação e concessão de perfis de acesso.

O novo cadastro permite administrar os vínculos dos colaboradores com as instituições e atribuir os perfis necessários para acesso aos sistemas da Agência, oferecendo uma visão comparativa e detalhada dos procedimentos exigidos para o SNCR e o NSP.

Entre os principais destaques do material está o detalhamento do fluxo completo de etapas, desde o primeiro acesso ao Cadastro Anvisa até a operação final nos sistemas, delimitando claramente as responsabilidades do Responsável Legal, do Gestor de Cadastro e dos colaboradores. As orientações abrangem diferentes perfis de atuação, incluindo farmácias públicas, Vigilâncias Sanitárias (com e sem CNPJ próprio) e serviços de saúde — entre eles os serviços de diálise.

A organização em colunas permite a comparação lado a lado das etapas comuns e das especificidades de cada sistema, evidenciando distinções importantes, como o fluxo de preenchimento e envio no NSP pelos serviços de saúde em contraponto à análise das avaliações realizada pelas VISAs.

[Clique aqui e acesse o quadro completo na página do Cadastro Anvisa no portal da Agência.](#)



## Anvisa promove 3º Simulado de Emergência em Saúde Pública

A Anvisa realizou, em 30 de setembro, em Brasília, o 3º Exercício Simulado de Emergência em Saúde Pública, com foco nos riscos associados à circulação ilegal de medicamentos. Pela primeira vez, a atividade ocorreu presencialmente, após duas edições remotas, realizadas em 2024 e 2025.

O objetivo foi avaliar e aprimorar a capacidade de resposta integrada dos órgãos de vigilância sanitária estaduais e fortalecer a articulação entre as instituições envolvidas na prevenção, investigação e resposta a emergências sanitárias. O exercício reuniu representantes das Vigilâncias Sanitárias de 25 estados e de Foz do Iguaçu, além de integrantes da Polícia Rodoviária Federal (PRF), da Polícia Federal (PF), do Conselho Nacional de Saúde (CNS), do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), do Ministério da Saúde e do Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde (INCQS). Também participaram representantes de diferentes unidades organizacionais da Anvisa.

O exercício também está alinhado à Portaria nº 781/2025, que estabelece princípios e diretrizes para o enfrentamento de emergências em saúde pública no âmbito da Anvisa e prevê a realização periódica de exercícios e simulações para avaliar a capacidade de resposta da Agência.

A atividade utilizou a metodologia de exercício de mesa, baseada na discussão orientada de situações hipotéticas para identificar problemas, avaliar procedimentos e aprimorar os planos operacionais existentes. Ao longo do dia, os participantes trabalharam com cinco cenários fictícios, porém factíveis, relacionados a riscos associados à circulação irregular de medicamentos agonistas do receptor GLP-1.



3º Exercício Simulado de Emergência em Saúde Pública, realizado na sede da Anvisa.

Os grupos discutiram temas como importação de insumos farmacêuticos ativos e manipulação magistral, importação de produtos acabados, tipificação do evento, comércio eletrônico de produtos irregulares e ocorrência de eventos adversos graves, incluindo a coleta de amostras para análise laboratorial. O cenário também reflete desafios regulatórios relacionados à falsificação, à comercialização irregular, à circulação de produtos não autorizados e ao uso de medicamentos fora das indicações aprovadas.

As discussões permitiram analisar diferentes perspectivas de atuação, identificar oportunidades de aprimoramento dos fluxos de comunicação e fortalecer a cooperação entre os órgãos do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS). A atividade também possibilitou identificar dificuldades e propor melhorias nos procedimentos antes que situações semelhantes ocorram na prática.



## Anvisa abre consulta dirigida sobre compartilhamento de áreas produtivas

A Anvisa abriu, nesta terça-feira (6/10), consulta dirigida sobre o compartilhamento de áreas produtivas. A iniciativa busca reunir informações sobre as práticas adotadas, as dificuldades enfrentadas e os aspectos sanitários, técnicos e econômicos envolvidos no compartilhamento — isto é, a fabricação de produtos de categorias diferentes nas mesmas instalações ou equipamentos. A consulta fica aberta até o dia 26/10, e as contribuições irão subsidiar a Análise de Impacto Regulatório (AIR) do Tema 1.2 – Compartilhamento de Áreas Produtivas, previsto na Agenda Regulatória 2026–2027. O trabalho é conduzido pela Gerência-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária (GGFIS).

A participação dos diferentes públicos contribuirá para compreender o cenário atual, identificar riscos e avaliar alternativas regulatórias que conciliem a proteção da saúde com as necessidades e características dos setores envolvidos. A consulta dirigida é um mecanismo de participação social utilizado pela Anvisa para reunir dados e informações sobre aspectos específicos de um tema regulatório, ampliando as evidências disponíveis e subsidiando a análise das alternativas para enfrentar o problema em estudo.

O questionário destinado às vigilâncias sanitárias é composto por 47 questões, com tempo estimado de preenchimento entre 12 e 15 minutos, e considera a experiência do órgão nos últimos cinco anos (2021 a 2026).

[As vigilâncias sanitárias podem clicar aqui para preencher o formulário correspondente ao seu perfil.](#) Empresas e entidades representativas contam com formulários próprios. Os formulários ficarão disponíveis por 20 dias, até **26/10/2026**.

A identificação da vigilância sanitária e do respondente é obrigatória, e as informações serão analisadas em nível institucional, sem atribuição nominal a pessoas físicas, conforme a Lei nº 13.709/2018. Dúvidas podem ser encaminhadas para o e-mail [gipro@anvisa.gov.br](mailto:gipro@anvisa.gov.br).



## Blumenau adere ao AnvisaEduca e levará educação sanitária a mais de mil estudantes

Blumenau aderiu ao AnvisaEduca, projeto da Anvisa que leva ações de conscientização sobre saúde e prevenção de riscos às escolas de educação básica. A iniciativa é desenvolvida pela Secretaria de Promoção da Saúde (Semus) em parceria com a Secretaria de Educação (Semed).



A primeira etapa do programa consiste na capacitação dos professores de três unidades da rede municipal: o CEI Profª Erna Anna Trapp, na Vila Itoupava, o CEI Emma Tribess, no Tribess, e a EBM Lauro Müller, no Badenfurt. As atividades com os estudantes começam em 2027 e devem alcançar mais de mil alunos.

O projeto utiliza metodologia participativa, com atividades práticas, investigação e discussão de situações do cotidiano dos alunos, para que aprendam a identificar riscos, compreendam sua relação com a saúde e pensem em soluções para situações da escola, de casa e da comunidade — levando esse conhecimento às famílias.

Ao longo do projeto, estão previstas ainda uma Feira de Ciências com foco em Vigilância Sanitária e atividades de Fiscais Sanitários Mirins, que aproximam os alunos do trabalho desenvolvido pela área. "Esse projeto tem o objetivo de promover uma mudança cultural no que se refere à compreensão do papel da vigilância e fazer com que os estudantes sejam multiplicadores do conhecimento. Os conteúdos trabalhados na escola poderão chegar às famílias por meio de atividades e materiais educativos, ampliando o alcance da iniciativa para além do ambiente escolar", declarou o representante da Assessoria do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária da Anvisa, Claudio Nishizawa.

"Blumenau já é referência na nossa região em muitos projetos de saúde e estamos engajados em fazer com que o projeto traga bons resultados e que essa iniciativa também motive as cidades vizinhas a aderir ao programa", afirmou o secretário de Promoção da Saúde, Marcelo Lanzarin.

## Anvisa participa de atividade de alinhamento das ações do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária em Fernando de Noronha

Entre os dias 21 e 24 de setembro, a Associação Nacional dos Servidores da Vigilância Sanitária (ASNVS) esteve representada em uma agenda técnica em Pernambuco e no arquipélago de Fernando de Noronha, com atividades voltadas ao fortalecimento da atuação integrada do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS).

A programação teve início em Recife, com visita à Agência Pernambucana de Vigilância Sanitária (APEVISA-PE) e participação em reunião destinada à implementação de sistema voltado à modernização e à integração das ações de vigilância sanitária.

Em Fernando de Noronha, a agenda prosseguiu com reuniões técnicas junto à equipe da APEVISA-PE, promovendo o intercâmbio de experiências e o fortalecimento do diálogo institucional entre os diversos atores que compõem o SNVS. Durante os encontros, também foram discutidas estratégias de atuação e monitoramento relacionadas à Ciguatera, importante agravo associado ao consumo de pescados contaminados por toxinas marinhas e que demanda atenção especial em regiões insulares.

Um dos destaques da programação foi a realização de atividades de campo envolvendo diferentes áreas de atuação da vigilância sanitária. Foram realizadas inspeções no aeroporto e no porto da ilha pela equipe da CVPAF/PE, além de reuniões com representantes da Anvisa, da APEVISA-PE e da Secretaria de Infraestrutura, Obras e Meio Ambiente. A agenda também incluiu visita ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e à Estação de Tratamento de Resíduos local.



Representantes da ASNVS, da Anvisa e da APEVISA-PE durante agenda técnica em Pernambuco e Fernando de Noronha.

No último dia de atividades, foram realizadas visitas ao hospital e ao posto de saúde da ilha, além do acompanhamento de uma ação conjunta entre a APEVISA-PE e a Vigilância Sanitária de Fernando de Noronha durante inspeção sanitária em estabelecimento de alimentos. A participação permitiu um contato direto com diferentes realidades e desafios enfrentados pela vigilância sanitária, evidenciando a importância da cooperação entre as esferas federal, estadual e local para a proteção da saúde da população.

A experiência proporcionou uma visão ampla das estratégias desenvolvidas nos diferentes níveis de gestão, fortalecendo o aprendizado institucional e contribuindo para o aperfeiçoamento das ações de vigilância sanitária. A ASNVS agradece à APEVISA-PE, à equipe da PAF/PE e aos profissionais envolvidos pela receptividade e pela oportunidade de acompanhar de perto importantes atividades desenvolvidas no território.

## Interlocução e comunicação com o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) disponibiliza diferentes canais de comunicação para fortalecer a integração e a participação dos integrantes do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS), entre eles as equipes na plataforma Microsoft Teams. Esses espaços promovem a troca de informações, o compartilhamento de experiências e a disseminação do conhecimento. Para se cadastrar, acesse: [Formulário de Inscrição](#).

Para orientar o acesso e a utilização da plataforma, a Assessoria do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (ASNVS) disponibiliza a versão atualizada do [Manual do Usuário do Teams](#), com orientações para instalação e uso do aplicativo em computadores e dispositivos móveis.

Participe também da [Pesquisa de Satisfação](#) e compartilhe sua experiência com os canais de comunicação disponibilizados pela Anvisa. Sua avaliação contribuirá para o aprimoramento dos serviços oferecidos, do acesso às informações e das estratégias de interlocução com os integrantes do SNVS.



**Formulário de inscrição  
para os canais de  
comunicação do SNVS.**



**Pesquisa de Satisfação  
dos canais de  
comunicação SNVS.**



**Manual de Uso da  
plataforma Microsoft  
Teams.**

**CONTATOS**  
**(61)3462-4120/6921**  
**asnvs@anvisa.gov.br**

